

As práticas dos/as estudantes do curso “Música na Comunidade”: a música como um meio

Natália Vieira*

Ana Gama**

Manon Marques***

Carlos Garcia****

Escola Superior de Educação*/**

Escola Superior de Música/ Escola Superior de Educação***/*

nataliav@eselx.ipl.pt *

anagama@eselx.ipl.pt **

manongirassol@gmail.com ***

c7garcia@gmail.com ****

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal apresentar uma investigação, ainda que de carácter exploratório, sobre o trabalho desenvolvido pelos/as estudantes da Licenciatura Música na Comunidade no ano letivo 2014/15 no âmbito das unidades curriculares de estágio “Prática Musical em Escolas do Ensino Básico” (2.º ano) e “Prática Musical para Públicos Comunitários” (3.º ano).

A metodologia utilizada, de natureza qualitativa, visa a análise documental dos projetos e dos relatórios finais. A análise realizada permite-nos perceber a relevância que as práticas musicais podem ter nas comunidades, sobretudo junto de grupos que habitualmente se situam nas franjas da fruição e produção cultural. Também é evidente, que para além da área da música, a intervenção dos/as estudantes foi sustentada por uma forte ligação a outras áreas (a interdisciplinaridade), das quais destacamos o movimento e o teatro. Importa, ainda, salientar que em algumas situações, é notória a participação do público-alvo no processo de criação e existe uma mobilização de públicos de diferentes faixas etárias no mesmo projeto.

Palavras-chave: Música na comunidade, participação, educação não formal

Abstract

This paper focuses on the work developed by students during the 2014/15 school year in the scope of the practices curricular units “Music Practice in Primary Schools” (2nd year) and “Music Practice for Community Publics” (3rd year).

The methodology of qualitative nature, aims to document analysis of projects and final reports. The analysis allows us to realize the relevance of the musical practices can have on communities, especially among groups that usually are located on the fringes of cultural enjoyment and production. It is also evident that apart from the music area, the intervention of the students was supported by a strong connection to other areas (interdisciplinarity), of which we highlight the movement and theater. It should also be noted that in some situations, the participation of the public in the creation process and there is a mobilization of public of different ages in the same project.

Keywords: Community music, participation, non-formal education

Introdução

Desde o ano letivo 2007/08 que a Escola Superior de Educação em parceria com a Escola Superior de Música (ambas unidades orgânicas do Instituto Politécnico de Lisboa) oferecem a licenciatura em Música na Comunidade. Este curso, para além de unidades curriculares mais direcionadas para a aprendizagem da música e de unidades curriculares mais generalistas tem, também, uma componente de estágio curricular. É sobre o trabalho desenvolvido pelos/as estudantes no ano letivo 2014/15 no âmbito das unidades curriculares de estágio “Prática Musical em Escolas do Ensino Básico” (2.º ano) e “Prática Musical para Públicos Comunitários” (3.º ano) que nos iremos debruçar nesta comunicação.

Perspetivamos a intervenção de um músico na comunidade assente numa abordagem de educação não formal (Canário, 2000) e nas três características identificadas por Koopman (2007) de “Música na comunidade”, nomeadamente: desenvolvimento comunitário, crescimento pessoal e *collaborative music-making*.

Queremos ainda reforçar que a intervenção de um músico na comunidade é importante, uma vez que ele pode assumir, também, um papel de mediador, sendo nos âmbitos educativos não formais que, muitas vezes, o gosto pela música é despertado, vivenciado e potenciado (Gomes, 2008).

Este artigo encontra-se estruturado em quatro secções. Na primeira secção realizamos uma breve contextualização de como surgiu a licenciatura em Música na Comunidade e apresentamos a estrutura da mesma. De seguida, na segunda secção, evidenciamos os pilares em que assentam, essencialmente, a intervenção de um Músico na Comunidade. É na terceira secção que apresentamos a metodologia mobilizada para a realização desta investigação, destacando-se a análise documental como a técnica principal. Na quarta secção apresentamos a análise realizada aos projetos e relatórios dos/as estudantes.

A licenciatura em Música na Comunidade: história e estrutura

O curso de Música na Comunidade, em funcionamento desde 2007/2008, resulta de uma parceria singular entre a Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx) e a Escola Superior de Música de Lisboa (ESML). O curso tem a duração de seis semestres (180 créditos) e confere o grau de licenciatura. Proporcionando uma formação inovadora no país, tem como principal objetivo a formação de músicos habilitados a dar respostas artísticas adequadas a diferentes públicos, sendo capazes de intervir em contextos comunitários (culturais, sociais e educativos) heterogêneos.

Além deste objetivo, a licenciatura em Música na Comunidade prevê ainda: 1) estruturar uma partilha de experiências musicais diversificadas e de qualidade, fomentando percursos pessoais e profissionais consistentes; 2) proporcionar o contacto com contextos reais de intervenção profissional, num processo formativo de articulação entre a teoria e a prática; 3) habilitar os estudantes para a concepção, divulgação, desenvolvimento e avaliação de projetos de intervenção musical na comunidade adequados a diferentes grupos etários; 4) conferir formação científica na área da música que possibilite o prosseguimento de estudos, nomeadamente o acesso ao mestrado para formação de professores de Educação Musical.

A possibilidade de concretização destes objetivos resulta de um plano de estudos diversificado, onde se valoriza a prática musical individual e de conjunto e a vivência de experiências artísticas integradas, a par de uma sólida formação no âmbito das ciências musicais. Desta forma, ao longo dos três anos de licenciatura, os estudantes têm contacto com unidades curriculares relacionadas com a componente de performance, seja a nível instrumental (como Prática de Harmonização: Teclas /Guitarra, Prática de Instrumentos de Percussão, Prática de Flauta de Bisel ou Prática Instrumental de Conjunto), seja a nível vocal (como Educação Vocal ou Coro e Conjuntos Vocais) ou de outras expressões artísticas (tal como Teatro ou Música e Movimento). Por outro lado, o plano de estudos inclui, também, unidades curriculares de cariz mais teórico (tal como História da Música ou Acústica) e outras cujo objeto de estudo se debruça sobre a dimensão interpessoal/social/comunitária (tal como Dinâmicas de Grupo, Modelos de Intervenção Comunitária ou Gestão de Projetos). Em termos globais, valoriza-se a articulação entre competências de performance instrumental, de desempenho vocal e de criação musical, bem como as capacidades de trabalho em equipa e de análise reflexiva sobre objetos artísticos.

Tal diversidade possibilita que os estudantes adquiram competências consistentes no âmbito de várias áreas complementares e que, munidos de ferramentas diversificadas, adquiram a capacidade de encontrar estratégias alternativas para cada novo desafio que representa o trabalho em comunidades/contextos comunitários diversos e heterogêneos - contemplando público infantil, juvenil, adulto ou idoso. É nesse sentido que se pretende que os licenciados possam desempenhar cargos como os de músico, de animador através da música, de coordenador de projetos musicais ou de responsável por serviços na área da música.

As experiências práticas ocorrem no 2.º e 3.º anos da licenciatura, nas unidades curriculares de estágio, respetivamente: Prática Musical em Escolas do Ensino Básico e Prática Musical em Contextos Comunitários. Neste âmbito, os/as estudantes têm oportunidade de trabalhar com públicos diversos e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação.

O estágio é orientado por uma equipa de quatro docentes, sendo dois da área da música (um especialista a nível vocal e outro a nível instrumental), um da área de teatro e um da área de intervenção social. A especialização de cada um numa área diferente pretende favorecer a interdisciplinaridade e resulta – neste caso concreto - num cruzamento artístico, que pode ser importante na mediação social/comunitária. De facto, o trabalho de cada estudante é levado a cabo através da música, mas tem sempre em vista objetivos de âmbito social. Assim sendo, a música é o meio privilegiado para a intervenção em diversos contextos e instituições (centros sociais, agrupamentos de escolas, juntas de freguesia, associações, entre outras).

Educação não formal e Música na Comunidade: os pilares de intervenção de um Músico na Comunidade

A intervenção de um Músico na Comunidade visa um trabalho junto da comunidade (sejam grupos circunscritos a um território ou grupos criados com objetivos próprios) tendo como ferramenta a música. Embora tenhamos presente que a educação, numa perspetiva global, é constituída por três modalidades - educação formal, não formal e informal - complementares entre si (Cavaco, 2002), é no âmbito da educação não formal que assenta, essencialmente, a intervenção de um Músico na Comunidade.

Embora a educação não formal seja um conceito com múltiplas definições e nem sempre consensual, consideramos que

(...) embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolares) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a sua finalidade), diverge ainda da educação formal . . . [porque não existe a] fixação de tempos e de locais, e há flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (Lima *et al*, 1988, p.240).

Esta definição resulta de uma contraposição em relação à educação formal, embora avance para a questão da flexibilidade e da adaptação dos conteúdos, tendo em conta o grupo. Uma outra definição que nos é apresentada por Rui Canário (2000) a educação não formal é a “flexibilidade de horários, programas e locais baseando[-se] geralmente no voluntariado, em que está presente a preocupação de construir situações educativas ‘à medida’ de contextos e públicos singulares”(Canário, 2000, p. 80). Contudo, consideramos que neste campo, embora

possa ter uma forte intervenção de voluntários existe um conjunto de técnicos que devem integrar projetos e instituições que intervenham no campo da educação não formal.

Alguns autores também referem características que já foram evidenciadas pelos autores que apresentámos, mas trazem um dado novo para a definição do conceito que é o facto da educação não formal ser “mais facilmente modificável para ir ao encontro das necessidades de clientes específicos e mais sensível aos problemas de certas comunidades” (Bock & Bock, 1989, citado por Barros, 2011, p. 88). Dito de outro modo, a educação não formal, pela sua flexibilidade, deve ir ao encontro das necessidades e interesses das comunidades.

Também Marcelino Lopes (2008) tem linhas comuns da sua definição de educação não formal em relação aos autores anteriormente referidos, mas consideramos que incorpora na sua definição questões que defendemos como basilares para a intervenção na comunidade, nomeadamente: a importância da relação interpessoal; a aproximação das pessoas umas das outras; a promoção de relações e aprendizagens intergeracionais; a valorização da participação ativa de todos e de cada um (Lopes, 2008, p. 440).

Entendemos a ação de um Músico na Comunidade numa perspetiva de intervenção "na", "da", "para" e "com" a comunidade: "na" porque o Músico trabalha no interior da comunidade; "da" porque trabalha para o desenvolvimento dessa mesma comunidade; "para" porque trabalha para a própria comunidade; e "com" porque não trabalha sozinho nem apenas com os outros técnicos, mas trabalha com a comunidade, desenvolvendo processos que impliquem a sua efetiva participação.

É nesta linha que ancoramos “Música na Comunidade” no conceito que nos é apresentado por Koopman (2000): desenvolvimento comunitário, crescimento pessoal e *collaborative music-making*.

Metodologia

Nesta investigação, de natureza exploratória, seguiu-se uma metodologia de carácter predominantemente qualitativo que assentou na análise documental dos Projetos e Relatórios de Estágio dos estudantes do 2.º e 3.º anos, que frequentaram as unidades curriculares Prática Musical em Escolas do Ensino Básico e Prática Musical em Contextos Comunitários no ano letivo 2014/2015.

Neste ano letivo, concluíram a unidade curricular Prática Musical em Escolas do Ensino Básico (2.º ano) nove estudantes, e na unidade curricular Prática Musical em Contextos Comunitários (3.º ano) concluíram cinco estudantes. No 2.º ano oito estudantes realizaram o seu estágio a pares e apenas um realizou individualmente. No 3.º ano, a maioria realizou individualmente (três) e apenas dois realizaram em grupo. Foi neste sentido, que a análise incidu sobre nove Projetos e respetivos Relatórios de Estágio. Estes documentos foram analisados a partir das seguintes dimensões: instituição/contexto e tipo de público; objetivos;

estratégias principais e áreas de saber mobilizadas. No sentido de assegurarmos o anonimato dos/as estudantes codificamo-los ¹.

Os percursos construídos pelos/as estudantes na sua intervenção em contexto de estágio

A intervenção dos/as estudantes nos contextos de estágio é caracterizada por duas grandes etapas – a conceção e a implementação do projeto. Na conceção do projeto os/as estudantes passam por uma fase de diagnóstico, em que realizam a caracterização do contexto/instituição/público-alvo e identificam as suas potencialidades/fragilidades. A partir destas formulam os objetivos gerais e as estratégias do projeto. Por fim, planificam, também, a avaliação dos objetivos do projeto. Na segunda etapa, e após discussão do projeto, os/as estudantes implementam-no. Porém, no decorrer deste processo e através de uma avaliação do mesmo ocorrem alterações/reformulações ao projeto concebido inicialmente, que são depois evidenciadas no Relatório de Estágio.

É a partir destes dois documentos, e do acompanhamento realizado às práticas desenvolvidas, que estruturamos este ponto em quatro secções, nomeadamente: público-alvo, áreas mobilizadas, objetivos gerais e estratégias.

Instituições/contextos e tipo de público

Na Tabela I sistematizamos as instituições/contextos onde os/as estudantes realizaram a sua intervenção, bem como o público-alvo.

Tabela I
Instituição/contexto e público-alvo dos projetos

Estudantes	Instituição/contexto	Tipo de público
2A e 2B	Junta de Freguesia/Projeto Bibliotecas	Crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico com Necessidades Educativas Especiais
2C e 2D	Junta de Freguesia/Projeto Bibliotecas	Crianças do 1.º Ciclo

¹ Os estudantes de 2.º ano foram codificados com o número 2 e os de 3.º ano com o número 3. Além desta codificação por ano, a cada estudante foi atribuída também uma letra.

2E e 2F	Junta de Freguesia/Projeto Bibliotecas	Crianças do 1.º Ciclo
2G e 2H	Agrupamento de Escolas/Gabinete de Ação e Intervenção Social	Crianças do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico
2I	Agrupamento de Escolas/Gabinete de Ação e Intervenção Social	Crianças do 2.º Ciclo do Ensino Básico
3A	Centro Comunitário	Bebés, Crianças, Idosos e Pessoas com Necessidades Especiais
3B	Câmara Municipal/Centro Lúdico	Crianças e jovens
3C e 3D	Câmara Municipal/Centro Lúdico	Crianças entre 1-3 anos
3E	Centro Social	Idosos

A partir dos dados é possível evidenciar que, embora os estudantes de 2.º ano realizem o estágio em escolas de ensino básico, a sua “entrada” nas mesmas pode ocorrer através de projetos desenvolvidos pela autarquia. Em relação ao tipo de público que participa nos projetos, podemos observar que, para além de no 2.º ano o foco serem crianças que frequentam o ensino básico (6-15/16 anos), a intervenção neste contexto vai ao encontro das necessidades identificadas, aquando do diagnóstico. No que diz respeito ao estágio realizado pelos estudantes de 3.º ano é possível salientar que a sua intervenção ocorreu com uma diversidade de públicos em relação à faixa etária. Para além disso, é de destacar o facto de numa das intervenções (estudante 3A) ser notório o trabalho com faixas etárias diversificadas.

Objetivos gerais

Os objetivos gerais de cada projeto visam descrever as linhas orientadoras do trabalho a desenvolver. No sentido de captarmos essas mesmas linhas, apresentamos os referidos objetivos na Tabela 2.

Tabela 2

Objetivos gerais de cada projeto

Estudantes	Objetivos
2A e 2B	1. Usufruir de atividades musicais realizadas na biblioteca (turmas de ensino regular) 2. Usufruir de atividades musicais realizadas na biblioteca (turmas de

	crianças surdas)
2C e 2D	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar a consolidação dos conteúdos programáticos (Matemática, Língua Portuguesa; História) 2. Usufruir de atividades lúdicas musicais fora do tempo letivo 3. Participar artisticamente na festa final de ano
2E e 2F	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participar continuamente no clube de música 2. Usufruir de atividades musicais
2G e 2H	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a coesão identitária 2. Desenvolver competências sociais de integração e interação para a inclusão escolar e social 3. Desenvolver competências musicais, ao nível da perceção e da execução rítmico-motora
2I	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cativar os alunos para a área da música num ambiente de criatividade tendo em conta os gostos e a identidade cultural dos mesmos 2. Desenvolver nos alunos competências de autonomia e cooperação, através da sua participação no processo criativo
3A	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover e estimular a intergeracionalidade através da partilha de vivências e experiências entre as diferentes valências da instituição 2. Proporcionar a interação entre valências e dentro da própria valência 3. Combater preconceitos relativamente ao envelhecimento e às pessoas portadoras de deficiência
3B	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar o Centro Lúdico e as atividades disponibilizadas 2. Cativar mais utentes para o Centro Lúdico 3. Fidelizar o público 4. Contactar com a música através das atividades estruturadas e adequadas à faixa etária

3C e 3D	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contactar regularmente com a música 2. Interagir com os seus pares
3E	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover uma maior interação entre os idosos 2. Reduzir os conflitos entre si 3. Partilhar as suas memórias, assim combatendo a monotonia e solidão

Os dados permitem-nos identificar que foram formulados objetivos que derivam das fragilidades identificadas no público-alvo, quer de caráter musical quer de caráter social. A partir dos dados é, ainda, possível evidenciar que a maioria dos projetos visou proporcionar aos seus públicos a possibilidade de participar em atividades musicais, uma vez que nas próprias instituições não existiam (ou a oferta era reduzida).

Estratégias / Áreas mobilizadas

Após a análise dos objetivos gerais, pretendemos agora apresentar (cf. Tabela 3) as estratégias que os/as estudantes formularam para atingir esses mesmos objetivos e as áreas mobilizadas.

Tabela 3

Estratégias / Áreas mobilizadas pelos/as estudantes

Estudantes	Estratégias	Áreas mobilizadas
2A e 2B	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exploração do livro “Música para Olhar” 2. Realização de atividades musicais: experimentação instrumental, identificação de géneros musicais, criação/aprendizagem e interpretação de canções 3. Realização de atividades musicais sem recurso à audição: experimentação instrumental, movimento, vibração do som, utilização do tacto para identificação de instrumentos e exercícios rítmicos 	Música / Literatura
2C e 2D	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de curtas dinâmicas musicais (flash) em contexto de sala de aula 2. Realização de reuniões com os docentes 	Música / Teatro / Movimento

	<p>3. Criação de um ateliê de teatro musical para os alunos do 4.º ano</p> <p>4. Construção de um musical com os alunos do 4.º ano</p>	
2E e 2F	<p>1. Divulgação do clube através de uma apresentação</p> <p>2. Criação de um conto musical</p> <p>3. Aprendizagem de canções</p> <p>4. Criação de ambientes sonoros e gravação de um CD</p>	Música / Literatura / Movimento
2G e 2H	<p>1. Criação de um projeto de percussão</p> <p>2. Divulgação do projeto nas turmas de CV e PCA e na rádio My Lorna</p> <p>3. Visualização de vídeos de percussão corporal</p> <p>4. Articulação rítmico-motora no desempenho de jogos rítmicos</p> <p>5. Articulação com o GIPS</p>	Música
2I	<p>1. Construção do hino de turma</p> <p>2. Realização de ensaios</p> <p>3. Apresentações públicas</p>	Música
3A	<p>1. Utilização da música como ferramenta principal de trabalho com os vários grupos dentro de cada valência e entre valências</p> <p>2. Criação de uma peça de teatro onde fosse contada a história da instituição</p> <p>3. Escolha de repertório com que as valências se identificassem</p> <p>4. Criação de uma letra com as várias valências para o hino da instituição</p>	Música / Teatro/ Dança / Movimento
3B	<p>1. Criação e distribuição de um flyer para a divulgação das atividades</p> <p>2. Realização de atividades musicais dinâmicas com</p>	Música / Movimento

	regularidade semanal para as crianças, pais e funcionários do Centro Lúdico.	
3C e 3D	<ol style="list-style-type: none"> 1.Exploração de canções 2.Realização de uma apresentação para as famílias 3. Construção e exploração de instrumentos musicais 	Música
3E	<ol style="list-style-type: none"> 1.Criação de um repertório variado 2.Realização de atividades musicais de diversas naturezas 3.Integração, de forma ativa, de todos os idosos 	Música

Para além de estratégias musicais diversificadas (criação de repertório, construção de um hino, construção de um musical, entre outras), identificamos estratégias que mobilizam outras áreas, mormente o movimento, o teatro e a literatura. Destas áreas destaca-se o movimento que está presente na maioria dos projetos. A análise realizada permite-nos evidenciar que na maioria dos projetos foram realizadas mostras/apresentações finais do trabalho desenvolvido. Através da análise das estratégias apresentadas em cada projeto é possível, ainda, fazer referência à implicação do público-alvo nos processos de seleção de repertório e criação de produtos musicais.

Considerações finais

A intervenção dos/as estudantes teve públicos-alvo de diferentes faixas etárias. De entre estas intervenções destacamos um projeto intergeracional que incluiu desde bebés até idosos. Ainda de referir que através da música foi possível fazer uma ponte com outras áreas – movimento, teatro, dança e literatura. Este entrosamento (dito de outro modo, a interdisciplinaridade) possibilitou o desenvolvimento de processos mais ricos e dinâmicos. Estes processos são, também, corolário da mobilização de estratégias que visaram um trabalho com o público e não apenas para o público.

Em síntese, consideramos pertinente que os/as estudantes integrem várias áreas e diferentes faixas etárias, para que possam envolver os participantes numa perspetiva não apenas “para”, mas cada vez mais, “na”, “da” e “com” a comunidade. Tendo em conta que este trabalho é um estudo exploratório, existe a necessidade de dar continuidade a esta pesquisa, uma vez que é importante investigar sobre o trabalho que se desenvolve com os/as estudantes nas suas intervenções.

Referências

- Barros, R. (2011). *Genealogia dos Conceitos em Educação de Adultos: da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida. Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. Lisboa: Chiado Editora.
- Canário, R. (2000). *Educação de Adultos – Um Campo e uma problemática*. Lisboa: Educação/Formação/Anefa.
- Cavaco, C. (2002). *Aprender fora da Escola. Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa.
- Gomes, A. C. D. (2008). A Música na Animação Sociocultural. In J.D.L. Pereira, M.F. Vieites & M.S. Lopes, *A Animação sociocultural e os Desafios do século XXI* (pp.231-244). Chaves: Intervenção.
- Koopman, C. (2007). Community music as music education: on the educational potential of community music. *International Journal of Music Education*, 25(2), 151-163.
- Lopes, M. S. (2008). *Animação Sociocultural em Portugal*. Amarante: Intervenção.
- Lima, L. C., Estevão, L., Matos, L., Melo, A. & Mendonça, A. (1988). *Documentos Preparatórios III- Projectos de Reorganização do Subsistema de Educação de Adultos*. Lisboa: Comissão de Reforma do Sistema Educativo/ Ministério da Educação.